

As epistemologias do Sul: saberes sobre a vida coletiva entre grupos “subalternos” urbanizados

GT8-Desigualdad, vulnerabilidad e exclusión social

Marília Veríssimo Veronese

mariliav@unisin.br

Resumo

O texto baseia-se no projeto de pesquisa intitulado “Em busca das epistemologias do Sul: saberes sobre a vida coletiva entre grupos “subalternos””, que buscou identificar os saberes e as práticas sociais produzidos e vivenciados por grupos considerados “inferiores” na lógica hegemônica de hierarquização do conhecimento e do reconhecimento social. Considerando o espaço urbano como um lugar de produção

do pensamento, das práticas e dos modos de subjetivação relativas aos grupos “subalternos”, abordamos um recorte empírico do referido projeto, procurando entender as relações norte-sul dentro do sul, ou seja: analisar como um grupo quilombola inserido num bairro de classe média alta em Porto Alegre (RS) constrói suas representações da vida coletiva num território cujo entorno se mostra frequentemente hostil. A partir de pressupostos da metodologia sociopoética, obtivemos os dados aqui problematizados, na perspectiva da construção horizontal do conhecimento. Híbridação de saberes e práticas com outros movimentos sociais urbanos atuantes parece ser a principal inclinação das lideranças do Quilombo da Família Silva para reproduzir sua existência na cidade e produzir o seu direito à cidade.

Palavras chave: Epistemologias do Sul, Cidades, Quilombos, Sociopoética.

Introdução

O projeto intitulado ‘Em busca das epistemologias do Sul: saberes sobre a vida coletiva entre grupos “subalternos”’, debruçou-se sobre a dimensão epistemológica, os saberes híbridos – entre tradicionais e inovadores, intuitivos e racionais – produzidos e utilizados pelos sujeitos que sofrem um processo de desqualificação social (Paugam, 2003) e vivem em ambientes urbanos de diferentes características. Nessa pesquisa, interessou-me identificar os saberes e as práticas sociais produzidos e vivenciados por grupos de pessoas consideradas “inferiores” na lógica hegemônica de hierarquização do

conhecimento e do reconhecimento social, atores que se encontram invisibilizados pela sua condição de “inferioridade”: pobres, com pouca ou nenhuma escolarização, sem chance de ingresso no mercado formal de trabalho, eventualmente não brancos (Santos e Meneses, 2009). Como exemplo, cito grupos de reciclagem de lixo nas periferias urbanas, colônias de pescadores, comunidades quilombolas, comunidades indígenas.

Traz-nos Arruti, ilustrando a questão (1997, p. 10):

Os atributos da população indígena seriam o *exotismo*, a alteridade radical, o universo de referências absolutamente estranho [...] o índio é *objeto de contaminação* e, neste caso, a alteridade serve à construção de um juízo de valor estético. Quando a construção desse "nacional" tematiza a população negra, os sinais se invertem: ela representaria para ele o problema da desagradável imagem de si mesmo (um dilema cravado no terreno da identidade e não da alteridade), da necessidade de absorver, integrar, mas sem se contaminar, sem deixar que esse outro, tão íntimo e tão numeroso, altere a imagem de uma nacionalidade ocidentalizante e branca. [...] Marcado e

desvalorizado como *aparência*, na sua relação com a "sociedade brasileira" o negro é *agente de contaminação*, fazendo com que a alteridade sirva, no seu caso, à construção de um juízo de valor político.

Podemos considerar o espaço urbano como um lugar de produção do pensamento, das práticas e dos modos de subjetivação relativas aos grupos “subalternos”. Neste texto, abordaremos um recorte empírico do projeto acima referido, procurando entender as relações nortesul dentro do sul, ou seja: ao analisar como um grupo quilombola inserido num bairro de classe média alta em Porto Alegre, RS, constrói suas representações da vida coletiva num território que ainda é objeto de disputas variadas, sendo-lhes frequentemente hostil. É nesse lugar que se produz e reproduz a vida material da comunidade, no sentido de que as relações sociais entre os membros do próprio grupo e com outros grupos, são reconstruídas cotidianamente.

Considerando que convivem nos centros urbanos novos e velhos problemas, como desigualdades socioespaciais no acesso ao ambiente construído, degradação ambiental, políticas públicas ineficazes, segregação e miséria/vulnerabilidade (Harvey, 2009), cabe deter o olhar sobre como fica a inserção dos ‘desqualificados’ socialmente na perspectiva das epistemologias do Sul. Retomo agora esse conceito, para posteriormente buscar no registro empírico sobre um quilombo urbano em Porto Alegre-RS (Brasil), elementos que possam contribuir nessa discussão sobre as cidades contemporâneas e os saberes sobre o lugar, o pertencimento e a vida coletiva.

A gramática colonial da modernidade

Para Quijano (2000; 2009), a colonialidade é constitutiva do poder mundial capitalista, impondo padrões e operando em dimensões materiais e subjetivas da existência cotidiana. Um conceito que auxilia na compreensão dessa problemática é o de justiça cognitiva (Santos e Meneses, 2009). Tal formulação parte da idéia de que não pode haver justiça social sem melhor distribuição dos recursos educacionais e da valorização de outras epistemologias ou modos de conhecer, diferentes daquele tido como o principal detentor da verdade, o conhecimento científico. É pela via de um conhecimento válido que as experiências sociais se tornam inteligíveis e marcantes; portanto, os detentores de conhecimentos e práticas não científicos, produzidos fora do sistema formal de educação e trabalho, vêm-se discriminados também na perspectiva epistemológica e cultural, o que caracteriza relações coloniais de diferenciação no interior de uma sociedade supostamente pós-colonial.

A descolonialidade do saber parte de uma ecologia dos saberes, sendo para isso necessário alterar os critérios de rigor do saber, os critérios epistemológicos que hierarquizam os saberes. Sociologicamente, isso implicaria, segundo Santos (2006), em conferir credibilidade às diversas alternativas de saberes e práticas sociais, através da proposta da *sociologia das ausências*. Procurar conhecer, validar e creditar alternativas em termos de modos de ser, trabalhar, sentir, parecer, consumir..., enfim, viver, diferentes dos dominantes ou considerados como únicos válidos resultaria na expansão do presente. Este, por consequência, ficaria mais rico com o reconhecimento da diversidade de experiências que o compõem, ampliando o leque de alternativas de existência social. Os sujeitos participantes da pesquisa que embasa este texto, alguns de etnia indígena e quilombola, vivem na cidade; no caso de Porto Alegre, RS, uma capital. Sofrem processos de inclusão-exclusão ao inserirem-se nas formas de urbanização típicas do capitalismo contemporâneo, que reforçam as desigualdades de acesso ao ‘lado bom’ do tecido urbano. Pergunto-me, com Harvey (2009, p. 16):

Mesmo as assim chamadas cidades “globais” do capitalismo avançado são divididas entre as elites financeiras e as grandes faixas de trabalhadores mal-remunerados dos serviços mesclados aos marginalizados e desempregados. [...] As cidades sempre foram lugares de desenvolvimentos geográficos desiguais, mas as diferenças agora se proliferam e se intensificam de um modo negativo e até mesmo patológico que inevitavelmente lança sementes

de um conflito civil. A luta contemporânea para absorver o capital excedente em uma fase frenética da construção da cidade (basta olhar o crescimento das linhas do horizonte de Xangai, Mumbai, São Paulo e da Cidade do México) contrasta dramaticamente com um planeta mutante de favelas que proliferam. **São essas cidades a combinação de nosso desejo íntimo? Constroem elas o tipo de pessoas que queremos ser? São essas as relações com a natureza a que nós aspiramos?**

Transpondo as linhas abissais: As epistemologias do Sul

Entende-se aqui o Sul com Boaventura de Sousa Santos: como metáfora do sofrimento humano causado por relações predatórias de colonialismo e capitalismo, que dividiram os diferentes grupos sociais, fragmentando o tecido social e definindo quem poderia ser cidadão quem ficaria de fora, ou não conseguiria se inserir dignamente na sociedade pós-colonial. Um sul epistêmico, simbólico e subjetivo, representacional, portanto (Furtado, 2012).

Os saberes que os grupos “subalternos” produzem, que geram práticas sociais, permitindo que se associem e vivam em coletivos são centrais na discussão que subjaz o entendimento das epistemologias do Sul. Partimos da hipótese que as desigualdades cognitivo-expressivas que permeiam sua produção, circulação e difusão os tornam invisíveis e/ou desacreditados, o que surge da ideia que as sociedades modernas possuem uma característica de serem abissalmente divididas entre os que têm e os que não têm acesso a bens simbólicos e materiais e entre quem é plenamente cidadão e quem não é, ou é de uma categoria “inferior”, portanto desqualificada. Afirma Boaventura Sousa Santos:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. (Santos, 2006, p. 56)

O que está do “lado de lá” da linha abissal são os conhecimentos produzidos em contextos de grupos sociais tidos como “inferiores” ou “primitivos”, tais como indígenas, quilombolas, afrodescendentes pobres (mais amplamente a população não-branca), pouco escolarizados, trabalhadores de várias origens étnicas muito pobres ou considerados inaptos para o trabalho, camponeses pobres, portadores de deficiência ou transtornos mentais recorrentes etc; Enfim, conhecimentos populares, leigos, camponeses, indígenas e de outros grupos nessa condição estão do outro lado da linha invisível que a representação do real criou, modernamente. Do outro lado da linha, não existe conhecimento verdadeiro; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, loucura, que interessam à ciência como objeto de inquérito, não como complementaridade e possibilidade de troca intercultural com a qual venha a ser transformada qualitativamente. Existe o que convencionamos chamar de “ignorância”.

Associada à posição de classe, à situação de pobreza e ainda à etnia afrodescendente e indígena, forma-se, nas cidades, uma situação de tensão social e potencial discriminação e violência entre os que são mais cidadãos e os que são menos cidadãos (e destes últimos entre si).

Algumas leituras do urbano

Esta breve seção se justifica para que possamos pensar o problema que nos ocupa nesse texto: as relações que se estabelecem entre os sujeitos que sofrem processos de desqualificação social e a cidade, no caso de grupos urbanizados. Nesse sentido, faz-se mister refletir sobre o urbano, sociologicamente.

Weber subordina sua sociologia da cidade à sociologia da dominação, pois são os centros do poder. Na tipologia weberiana sobre as cidades ocidentais aparece a *cidade do príncipe* (sede do poder político, como Versalhes, Brasília); a *cidade do consumo* (sem produção própria, presença grande de aposentados/pensionistas, de estudantes, como Heidelberg, na Alemanha); a *cidade produtora* (industrial, como Detroit, Manchester, Liverpool, Chicago, Volta Redonda) e a *cidade comercial* (de mercado, exportadora, portuária, como Hamburgo). Esse último tipo, hoje, seria a ‘sede do capital financeiro’, aí já de acordo com Saskia Sassen, e o exemplo seria Zurich, na concepção de Barbara Freitag. (Freitag, 2007, p. 25)

Na tipologia de Sassen, teríamos as *Cidades globais* (pilares da era informacional - NY, Londres, Tóquio); as *Megacidades* (concentração de grandes populações multiculturais, convivência de contrastes e opostos – Rio de Janeiro, Calcutá, Bogotá, Lima, Mumbai etc); as *Metrópoles* (tradição política, cultural e econômica – Paris, Roma, Lisboa, Berlim, Madri etc); as *Cidades periféricas* (secundárias, que perderam importância nas transformações contemporâneas da economia global, ou até marginais, como Porto, Sevilha, Glasgow, Bucareste) e as *Cidades-satélite* (ou dormitório, sem autonomia, precisam de outras para fornecer empregos, serviços etc) tendo como exemplos o ABC paulista e Potsdam, perto de Berlim. (Freitag, 2007, p. 117)

Nenhum modelo, próprio das várias tipologias existentes sobre a cidade, dá conta de descrever as capitais brasileiras hoje, cada uma se assemelhando mais ou menos às descrições. A autora destaca o processo de “megalopolização” das capitais latinoamericanas, analisando os casos de São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Cidade do México. Define tal processo como um padrão específico de urbanização, que inclui crescimento descontrolado da população urbana, favelização, poluição e desequilíbrios ecológicos, desorganização social tendendo à anomia (violência, tráfico etc). Os déficits de moradia, emprego, serviços públicos, causam impactos no tecido urbano e criam a “cidade legal” e a “cidade real”, esta última composta por invasões e assentamentos ilegalizados, e a primeira se fechando em condomínios privados em busca de segurança. Boaventura Santos chama a isso fascismo social, pois cinde a sociedade em cidadãos com direitos e cidadãos inferiores e sem direitos garantidos, e quem não acessa direitos não é tratado sequer como ser humano. Essa divisão que o autor chama de fascismo está ligada à questão étnico racial, como mostra o mapa da violência no Brasil 2012 (Waiselfisz, 2012): houve, nas últimas décadas, queda do número absoluto de homicídios na população branca e aumento nos números da população negra. Os não-brancos morrem mais, pois a maioria deles está na “cidade real” e não na “cidade legal”.

Segundo a concepção de Maiolino e Mancebo (2005), analisando o debate na literatura crítica sobre o tema, nos últimos 30 anos, haveria cidades mistas, a um só tempo cidades de marginalização, segregação e exclusão; nos anos de 1970, 80 e 90, foram usados, respectivamente, os termos acima, caracterizando o debate próprio de cada época. Contemporaneamente, como colocou Jaqueline Pólvora durante sua apresentação, a circulação de capital, com as disputas próprias do seu processo de acumulação e reprodução, cria polarizações internas e externas às cidades, através das quais os grupos sociais vão sendo diferenciados, seja por seu lugar na estrutura de classe, seja por origem, gênero, ou por pertencimento étnico-racial.

A expressão Cidades Plurais (Fortuna e Leite, 2009) denota uma concepção sobre os territórios díspares que fazem a cidade, as políticas sociais e suas limitações, os privilégios e o seu inverso - a falta total de oportunidades -, as formas de segregar e ostentar os espaços “pertencentes” às altas classes e culturas, “o futuro e, ao mesmo tempo, a falta de todos eles” (p. 5).

Argumentam os autores que à complexidade das cidades contemporâneas corresponde a crescente dificuldade de estudá-las. Invocam a necessidade, para fazer frente ao desafio, de multidisciplinaridade e de perspectivas analíticas heterodoxas. As múltiplas cidades dentro da

cidade, sujeitas a rápidas metamorfoses, expressam paradoxos dos mais variados, e as abordagens anteriores são um rico cabedal em cima do qual avançar, precisando ser revisitadas e ampliadas.

Hoje poderíamos considerar que existem várias cidades dentro da cidade, novos grafismos da vida coletiva, com centro e periferias convivendo e se sobrepondo, por vezes. Elas têm na sua base lógicas e racionalidades múltiplas e eventualmente contraditórias. As cidades sofrem processos de recomposição incessantes, os sujeitos vivenciando movimentos de devir constante (Maiolino e Mancebo, 2005).

Mas também não se pode esquecer a influência das relações de produção; a cidade capitalista é engendrada pelo interesse do capital, utilizando o espaço e o solo urbanos como o empresário emprega a máquina, a serviço da acumulação. Disposto de seu salário/renda para sobreviver, a classe que vive do trabalho deve disputar os espaços da cidade para moradia, circulação, educação, saúde, lazer, transporte e atividade laboral. Uma cidade dividida pelos estratos sociais, encarados como faixas de demanda de mercado, embora, como mencionado, essa segregação não seja linear e o tecido urbano guarde os mais variados nós e sobreposições quanto à classe, origem étnica e geração. O direito à cidade, às raízes e ao território, contudo, são quase sempre direitos relegados, subordinados ao uso predatório do ambiente construído pelos agentes do urbano: o capital e suas frações, o Estado, restando às classes trabalhadoras mover-se pelas determinações de mercado. (Véras, 2010)

A cidade partida de Zuenir Ventura (1994) não é, pois, uma cidade apenas dual; mas sim um encontro complexo e por vezes caótico de múltiplas racionalidades, posições de classe, culturas, contradições e ambivalências.

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e pobres e não os opulentos ou outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. Os pobres não se entregam e descobrem formas inéditas de trabalho e luta; a semente já está plantada e o passo seguinte é seu florescimento em atitudes de inconformidade e talvez, de rebeldia.” (Milton Santos, 2000, p. 14)

Considerando o contexto aqui apresentado, é a partir dessas concepções que faz-se a leitura de um recorte do registro empírico, o caso de um quilombo urbano na cidade de Porto Alegre, RS. Tal situação é rica em significados para pensar a questão urbana desde esse prisma, pois mostra sujeitos em situação de desvantagem socioeconômica e sociocultural inseridos em um bairro de classe média alta de uma capital, ilustrando e exemplificando esses conflitos.

Metodologicamente, a pesquisa na qual se baseia esse texto seguiu os preceitos da sociopoética, de Jacques Gauthier. Embora não tenham ocorrido os eventos de sensibilização preconizados pelo método, todo o trabalho foi feito tendo em vista seus princípios. A próxima seção descreve esses pressupostos.

A sociopoética

A metodologia sociopoética foi desenvolvida por Jacques Gauthier, com base nas pesquisas que realizou junto a comunidades indígenas nas Ilhas do Pacífico e também com grupos negros do nordeste brasileiro (Gauthier e Santos, 1996). Sua proposta metodológica baseia-se em cinco considerações iniciais.

A primeira delas afirma a construção de um grupo pesquisador, ou seja, não se trata do pesquisador e seus pesquisados, mas sim de um grupo, do qual o pesquisador institucional também faz parte e coletivamente todos são responsáveis pelos caminhos que a pesquisa encontrará para se desenvolver. Desde a definição do tema de interesse, às formas de socialização do estudo, que não

precisa ser necessariamente artigo, livro ou qualquer material estritamente acadêmico. Depende das necessidades do grupo como um todo. Geralmente esse formato atende às necessidades do pesquisador acadêmico, mas não deve se resumir e isso, pois ele/a não é o/a mais importante do grupo.

O método prevê, numa segunda consideração, a participação das culturas de resistência, que segundo o autor são representadas por aqueles sujeitos excluídos do acesso aos saberes oficiais, tais como os que estão do outro lado da linha abissal para Santos. Esses grupos populares possuem conhecimentos que não só deixam de ser reconhecidos pelo saber científico, como também detêm estruturas de organização distintas que devem ser consideradas para apreensão destes saberes. Para tanto, em terceiro lugar, Gauthier propõe que no processo da pesquisa se dê atenção ao corpo inteiro daqueles que integram o grupo pesquisador.

O autor expressa que os diferentes grupos sociais possuem formas distintas de organizar e produzir seus saberes, e que nem sempre eles se dão de forma linear e “racional”. Certas vezes uma dança ou cântico podem expressar conhecimentos de extrema importância para o grupo que representam, seja em aspectos sociais, emocionais ou mesmo espirituais. Por esse motivo, em um quarto ponto, Gauthier sugere que sejam usadas diferentes técnicas artísticas para produção de dados. Não se trata então apenas de observar e escutar relatos dos grupos observados, mas de fazer uso de técnicas variadas de produção de dados, criando assim uma complexidade suficiente para tocar a complexidade da própria vida. (Gauthier, Fleuri e Grando, 2001).

Neste ponto é interessante pensarmos que se subverte a lógica instituída do saber das ciências sociais que se baseia fortemente sobre o discurso. Ao propor que sejam trabalhadas técnicas de expressão corporal, vocal, de movimentos ou desenhos, o autor está também creditando às demais dimensões do ser humano, que não as estritamente cognitivas, racionais, potencialidade de produzir saberes válidos.

Finalmente, na quinta consideração, Gauthier pondera que o estudo desenvolvido conforme a sociopoética culmine na experimentação de uma forma de saber definida pelo grupo, para sua produção e socialização. Uma vez que o método demonstra sua intenção de romper com as perspectivas que consolidam a posição do pesquisador como detentor de conhecimento válido e inteligível, aquele que se beneficiará com os logros da pesquisa, enquanto seu grupo pesquisado permanecerá onde sempre esteve e da mesma forma como foi encontrado. Nesse caso, o resultado da pesquisa não necessariamente será um livro ou um artigo, mas sim toda e qualquer forma de expressão do saber que o grupo defina ou necessite.

O método tem influências da pedagogia do oprimido (Freire, 1997), teatro do oprimido (Boal, 1988), pesquisa ação participante (Brandão, 1998 e 1999; Fals-Borda, 1999), filosofia da diferença (Deleuze e Guattari, 1980; Guattari, 1992; Guattari e Rolink, 1999), escuta sensível (Barbier, 1994) e Análise Institucional (Baremlitt, 1992; Lourau, 1975; Lapassade, 1977), sendo compatível com a epistemologia do Sul e sua orientação ético estética, por já conter em si uma experiência de tradução Norte-Sul. Produzir conhecimento junto com o grupo sujeito participante, que passa, no processo, a ser tão pesquisador quanto o/a pesquisador/a formal.

Um registro empírico abordado no estudo: quilombos urbanos entre a discriminação e a resistência

Os quilombos destacam-se como questão relevante no Brasil, persistentemente, pois aparecem já nas primeiras ações de resistência dos africanos cativos à escravidão, no período colonial, e vai reaparecer no Brasil/república com a Frente Negra Brasileira (1930/40); retorna à cena política no final dos anos 1970, no processo de redemocratização do país. Significa, na atualidade, importante dimensão na luta dos afrodescendentes por justiça e reconhecimento (Leite, 2000).

Já a primeira Lei de Terras do Brasil, de 1850, exclui os afrodescendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa categoria a parte, denominada “libertos”. Desde então, atingidos por discriminação, arbitrariedades e violência, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos de suas habitações e terras, mesmo quando esta última foi herdada de antigos senhores

através de testamento lavrado em cartório, como ocorreu em alguns casos. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta de extrema importância. E essa luta por direitos de posse e reconhecimento atribui sentido à noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações (Leite, 2000).

Muitos quilombos tornaram-se urbanos em função do crescimento desordenado das cidades nos séculos XIX e XX. O ritmo e a escala intensos do processo de urbanização nos últimos séculos por vezes provocaram uma assimilação forçada dessas comunidades, e os quilombos foram gradativamente envolvidos pelas áreas residenciais ou comerciais urbanas, tornando-se alvo da especulação imobiliária. A política do capital, através de seus agentes, é dirigida pela necessidade de encontrar terrenos lucrativos para a absorção do capital excedente.

Analisando o texto de Pesavento (1994), que descreve o processo de expulsão dos escravos recém libertos das zonas centrais de Porto Alegre, sendo varridos para as periferias nas quais se instalavam para, à medida que a cidade se expandia e chegava até eles, valorizando mercadologicamente essas áreas, serem novamente expulsos, pergunto-me, vendo o mesmo acontecer hoje em função das obras da Copa do Mundo de 2014, o que mudou, substancialmente. Ou quais foram as continuidades e descontinuidades desses processos de segregação dos afrodescendentes (como pano de fundo, pois esta não foi a questão central do estudo que origina esse texto).

As elites locais, no Brasil pós-escravidão, importaram e difundiram visões européias sobre a ‘raça’ como causadora dos problemas sociais e dificuldades dos escravos libertos de se inserirem na sociedade de então (Carril, 2006).

Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, são exemplos de intelectuais que trabalharam com essa idéia, o último chegando a afirmar a disposição “natural” dos negros para o crime. Os traços ideológicos dessas teorias há muito superadas, contudo, permanecem sob outras formas na sociedade atual, no campo representacional dos habitantes das cidades. A tentativa de segregação espacial articulada com a racial é constante, provocando conflitos urbanos, ainda mais quando o quilombo situa-se em área valorizada e “nobre” da cidade, como é o caso do Quilombo da Família Silva, em Porto Alegre, RS.

Na abordagem analítica das ciências sociais sobre o tema, o início do tratamento dos quilombos como objeto de estudo deu-se na antropologia, abarcando depois diversas áreas disciplinares. Complexas variáveis envolvendo classe, etnicidade, identidades, urbanização e outras fazem que o estudo dos quilombos urbanos cresça em importância e interdisciplinaridade. Em boa parte dos trabalhos que descrevem os modos de vida dos quilombos urbanos, ela inclui tentativas de expulsão e segregação, como no exemplo a seguir.

Sobre o Quilombo Mata Cavalão, localizado no Mato Grosso-MT, diz Belém (2008):

Parte da comunidade, no passado, já havia sido expulsa pelos fazendeiros e se espalhado pela periferia de Cuiabá, em condições desumanas, em áreas onde não há arborização, rede de esgoto, coleta de lixo e nem água encanada, reafirmando esse modelo perverso que dividiu o espaço das cidades entre ricos e pobres, impedindo a mobilidade espacial e social dos negros, reservando-lhes os piores lugares em nossa sociedade (BELÉM, 2008).

Como diz Marques (2006), a temática dos remanescentes de quilombos emerge como mecanismo de garantia de direitos, mas também de produção de sentidos e significações atrelados aos nichos urbanos. Em Porto Alegre há uma situação bastante representativa dessa questão.

Quilombo da Família Silva

As comunidades remanescentes de quilombos do RS são de predominância negra, com atividades socioeconômicas internas que integram a agricultura de subsistência, artesanato e agroindústria caseira. Genericamente, as comunidades remanescentes de quilombos conjugam áreas individuais

para a execução das atividades produtivas, exceção feita de algumas comunidades que conjugam coletivamente o local de produção (Conceição, 2009).

Quilombo da família Silva constitui um fenômeno social dos mais interessantes. Incrustado no meio de um bairro de classe média alta na capital gaúcha, o terreno na área do metro quadrado mais caro da cidade abriga os sujeitos negros, pobres e aparentados entre si, há mais de 60 anos. A comunidade possui 16 núcleos familiares, totalizando uma população de 68 pessoas.

Segundo o estudo de Conceição, 2009, p. 84:

Existem aproximadamente 12 famílias que mantêm comunitariamente uma horta e diversas árvores com as quais mantêm vínculos afetivos por terem sido plantadas por seus pais e avós. A escolaridade é baixa, a maioria das mulheres possui somente até a 3ª série do ensino fundamental, desempenhando funções domésticas em condomínios de luxo das cercanias. E com os homens a situação é a mesma, baixa escolaridade e as atividades desenvolvidas para o próprio sustento, é de jardineiros ou em um campo de golfe também próximo ao quilombo. As jovens, com índice elevado de gravidez precoce, abandonam os estudos para cuidar das crianças, o que leva ao aumento de casas no terreno da Família. E os meninos quando alcançam a idade de 14 anos, trabalham como ajudantes dos pais durante o dia e estudam a noite.

Sofrem fortes pressões, cotidianas, pelo efeito da especulação imobiliária, do autoritarismo da polícia (criminalização), e alguns vizinhos hostis que não os querem ali (embora tenhamos encontrado uma vizinha apoiadora durante as visitas ao quilombo, participando de uma festa). Pelo tamanho do terreno (4.445.71 metros quadrados) pode-se imaginar o quanto a iniciativa privada almeja adquirir a área dos ocupantes atuais. Segundo relatos, já lhes foram oferecidas casas na Vila Restinga, local de periferia e muito pobre, e uma van para conduzi-los ao trabalho. A respeito disso chama atenção a citação de Fortuna, (2002, p.126):

De acordo com Engels, em virtude da “curiosa configuração da cidade”, era possível viver em Manchester anos a fio, ir e vir para o emprego, sem nunca se avistar um bairro operário. A referência remete-nos para a fractura profunda da ordem política da cidade da era industrial, fundada no princípio da demarcação das desigualdades, das diferenças e das distâncias sociais. A cidade é agora eminentemente excludente: repele e subalterniza os grupos sociais vulneráveis que, para usar a fina ironia de Engels, “ofendem a frágil sensibilidade do olhar burguês”.

Aparentemente, a frágil sensibilidade do olhar burguês dos habitantes bairro Três Figueiras, em Porto Alegre, macula-se com a presença dos quilombolas. Mais adequado, para eles, seria talvez enviá-los para a Vila Restinga, onde pessoas negras e pobres supostamente devem morar, na concepção das linhas abissais que subjetivam os cidadãos brancos de classe média ou alta.

Foi com a Constituição Federal de 1988 que a questão quilombola entrou na agenda das políticas públicas. Fruto da mobilização do movimento negro, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.” (Conceição, 2006, p. 51).

Diversos estudos foram conduzidos junto à comunidade, justamente por sua situação peculiar de resistência numa zona de classe média alta e intensa valorização imobiliária devido à proximidade ao Shopping Iguatemi e outros empreendimentos de monta, além de prédios de luxo.

Os Silva são um grupo de pessoas pobres e aparentadas entre si que habitam, há mais de sessenta anos, um território de aproximadamente meio hectare que se sobrepõe em parte ao traçado projetado da Rua João Caetano, entre as Avenidas Nilo Peçanha e Carlos Gomes, no bairro Três Figueiras, na região leste de Porto Alegre, há cerca de nove quilômetros do centro da cidade. Seus integrantes procedem de um tronco comum de negros oriundos dos municípios de São Francisco de Paula e Cachoeira do Sul que migraram para a capital gaúcha no início da década de 1940 e ali se estabeleceram constituindo família e sendo sucedidos no local por seus descendentes. (Carvalho, 2007, p. 12)

Diferentes pessoas passaram a se envolver com o tema. Entre elas estão integrantes dos movimentos sociais negros, políticos, advogados, representantes das esferas do poder público municipal, estadual e federal, pesquisadores, entre outros. Estão presentes diversos conflitos, lutas por reconhecimento e direitos, inserindo-se esse grupo como parte do movimento quilombola no Brasil inteiro. Adquiriu visibilidade especial junto ao movimento negro gaúcho, pois:

As recorrentes territorializações, desterritorializações e reterritorializações desses grupos das regiões centrais em direção às periferias da cidade permitiam que o exemplo mais conhecido desse processo englobasse e representasse todas as suas manifestações tanto para os militantes quanto para a própria comunidade. (Carvalho, 2007, p. 15)

Possuem uma identidade étnica, uma ancestralidade comum, que impacta em suas formas de organização política e social, e também em elementos linguísticos e religiosos.

O Quilombo Silva tem um grupo atuante, cujas lideranças praticam uma militância ativa em movimentos urbanos, procurando articular-se com outras demandas da cidade. Parecem estar mais próximos das causas populares de igualdade e justiça social, comitê da Copa do Mundo e fóruns de debates, assessorados por advogado militante, do que da questão religiosa. Apenas uma pessoa demonstrou ter centralidade na questão religiosa, sendo muito cuidadoso e até desconfiado a dar maiores detalhes de seus conhecimentos e práticas nessa área. “O sagrado é segredo”, confidenciou-nos ele. As práticas religiosas tradicionais ficam restritas e os sujeitos adotam formas híbridas de agir, compreender o mundo relacionar-se.

O ambiente urbano do entorno que habitam é frequentemente hostil: ao voltarem da aula ou do trabalho a noite, os jovens são abordados de forma violenta pela polícia, em “batidas” policiais comuns nas proximidades do quilombo. Tal situação, segundo os relatos, melhorou um pouco após o reconhecimento formal do Estado, ocorrido em 2006, mas não foi plenamente superada.

Na luta por reconhecimento, a Família Silva se organiza em diferentes frentes. Grupos de mulheres, de jovens, arte e capoeira. A comunidade realiza reuniões, ou “quizombas” como eles mesmo dizem, encontros espontâneos e sem tanta “frescura” para apresentações.

Chama alguma atenção o movimento jovem, que nesse momento problematiza o tema das quotas para negros nas universidades, defendendo o direito de acesso e participação da juventude negra em espaços de formação acadêmica. Representados pelo grupo teatral *Cambada de Teatro em ação direta Levanta Favela*¹, a comunidade expressa um pouco da sua voz de maneira artística, propondo esse tema e também a discussão social sobre o papel do jovem negro na atual sociedade, revelando dados preocupantes pelo extermínio da juventude negra em abordagens policiais, como também a impunidade diante dos abusos realizados pelas equipes de segurança da cidade e do estado.

¹ Maiores informações em: <http://levantafavela.blogspot.com.br/>

A comunidade dos Silva também pratica arte e capoeira, em eventos internos e também participam e contribuem em eventos realizados por parceiros da comunidade, como é o caso do Afrosul Odomode², Centro de Cultura Afro de Porto Alegre.

Devido à forma como nos encontrávamos com os sujeitos, em reuniões políticas e culturais, festas e eventos, tivemos dificuldades para aplicar o método sociopoético em sua plenitude, com os encontros do grupo pesquisador ocorrendo tal e qual preconizado por Gauthier. Dessa forma, trabalhamos na perspectiva mesma da sociopoética, que concebe que o grupo pesquisador deve definir, junto, os rumos da pesquisa. Iniciamos, pois, visitas para aproximação, participação em eventos culturais e festivos, identificação das necessidades da comunidade e participação na criação da biblioteca do quilombo, visando à cultura e formação dos jovens (necessidade que emergiu dos trabalhos com o grupo pesquisador). Quase aos moldes etnográficos, íamos conversando com os sujeitos, sentindo suas necessidades e inquirindo suas relações.

Isso nos fez concluir que esse método necessita ser adequado e adaptado a cada contexto, já que é o próprio grupo pesquisador quem define necessidades e rumos. No caso dessa pesquisa, as pesquisadoras formais mudaram planos e estratégias várias vezes, em função de demandas e/ou (im)possibilidades dos outros membros do grupo pesquisador.

Considerações não finais, mas provisórias

Como os dados ainda se encontram em análise e pretendemos retornar ao quilombo para discutir as percepções já obtidas, não chamo essa seção final de “Considerações finais”, mas sim provisórias, enquanto em construção.

Percebeu-se que os sujeitos atribuem sentido à suas vivências ao articularem-se com outros movimentos sociais e demandas da cidade. Comitê da Copa, manutenção de locais de divulgação da cultura afro; o problema do despejo de comunidades pobres por causa das obras da Copa do mundo de 2014, tudo isso faz parte de seu cotidiano e é assim que vêem sua luta, articulada com outras lutas.

No quilombo viabiliza-se o fortalecimento das relações comunitárias pela convergência de interesses comuns, interlocução e mediação, propiciadas pela participação militante (das lideranças, principalmente).

Existe uma identidade sendo construída, a partir da inserção na militância e do reconhecimento como quilombo urbano, onde o território quilombola é percebido como um elo de ligação entre os sujeitos e destes com seu território. É no fundo uma resultante de elementos étnicos que se externalizam nas relações construídas com e no território. Trata-se da reinvenção de elementos étnico culturais que conduzem a vida e dão um sentido de pertencimento ao lugar, e acabam sendo muito importantes na vida coletiva dos sujeitos, como elemento de identificação.

A vida coletiva, além das questões cotidianas, é significada através da participação na vida da “cidade real”; não a cidade real que cai na criminalidade e na violência, mas aquela que busca justiça e dignidade através das mobilizações urbanas, da articulação com vereadores progressistas e engajados nessas causas, do movimento cultural negro urbano, enfim, dos diversos coletivos de inserção que lhes enriquecem o campo cognitivo-expressivo e a capacidade de lutar por melhores condições de vida.

A comunidade não se volta para dentro, mas para fora, visando garantir o dentro. A dinâmica da vida urbana e das constantes ameaças dos agentes da especulação imobiliária exigem isso: hibridação de saberes e práticas com outros movimentos sociais atuantes parece ser a principal inclinação das lideranças do Quilombo da Família Silva para reproduzir sua existência na cidade e o seu direito à cidade.

Todos são, de alguma forma, pelas histórias que ouvem e vivências em comum, herdeiros das lutas por liberdade, dignidade e justiça de seus antepassados, desde os mais remotos que foram escravos. Ressignificam a sua experiência como uma continuidade dos negros que foram sequestrados da

² Maiores informações em: <http://afrosulodomode.com/>

África e se espalharam pelo mundo numa diáspora não desejada e não planejada, que lhes roubou o futuro próprio e modificou para sempre os rumos desse povo. Mesmo assim, precisam lutar arduamente para garantir alguma compensação por esse processo criminoso de violência e exploração.

Quando brutalmente arrancados de seus lugares de origem, os negros, ancestralmente, criaram um território simbólico que produz um imaginário coletivo, sobre como seria o lugar ideal que foi perdido; sempre transformado e transmitido pela cultura oral, esse campo representacional constitui também um patrimônio cultural de inegável valor. Mesmo que os integrantes do Quilombo Silva não tenham mais uma ligação direta com as práticas e saberes ancestrais, reconhecem a si mesmos como descendentes que buscam a mesma coisa que seus antepassados buscavam: fixidez no mundo, referência, dignidade, liberdade, direito a pertencer a um espaço seu. Ao mesmo tempo, na eterna dialética do mesmo e do diferente, essa história comum serve de matéria para construir o que são individualmente, constituírem-se como sujeitos. No Quilombo da Família Silva essa memória segue em elaboração na escrita cotidiana, como sujeitos de sua história.

Referências bibliográficas:

Arruti, J. M. A. 1997. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* [online]. vol.3, n.2, p. 7-38.

Barbier, R., 1994. Sobre o Imaginário. *Em Aberto*. Brasília: v. 14, n. 61, p. 15-23, jan/mar.

Baremlitt, G., 2002. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes – teoria e prática*. 5^a Ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 235 p.

Boal, A. 1988. *O teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 222 p.

Brandão, C. R. 1998. *Criatividade e novas metodologias*. São Paulo: Brasiliense.

Brandão, C. R. 1999. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense.

Belém, I. C. C. 2008. *Mitos africanos e pantaneiros nos círculos de aprendizagens ambientais*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 125 p.

Carlos Fortuna, Rogério Proença Leite (orgs.), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*, Coimbra, Ed. Almedina, 2009, 344 páginas.

Carril, L., 2006. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo, Annablume; FAPESP. 258 p.

Carvalho, A. P. C. , 2007, *A Atuação dos Antropólogos na Regularização dos Territórios Quilombolas*. v. IV, n°7/8. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez.

Conceição, L., 2007. *Solidarismo em comunidades remanescentes de quilombos do RS*. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 111 p.

Deleuze, G.; Guattari, F. 1980. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 161 p.

- Fals borda, O. 1999. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. In Brandão, C. R. (Org.) *Pesquisa Participante*, São Paulo: Brasiliense, p. 42-62.
- Fortuna, C., 2002, Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 123-148.
- Fortuna, C. Leite, R. P., 2009. *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina, 344 p.
- Freitag, B., 2007. *Teorias da cidade*. Campinas: Papyrus, 190 p.
- Furtado, C. A., 2012. Periferias geográficas e periferias epistêmicas e a negação de saberes e práticas endógenas e emancipatórias: um olhar a partir da África. In Gadea, C. A.; Melo, J.L.B., Lopes, J. R. *Periferias, territórios e saberes*. São Leopoldo, Oikos, 155 p.
- Gauthier, J; Santos, I dos. 1996. A Sócio Poética. Fundamentos Teóricos - Técnicas diferenciada de Pesquisa - Vivência. Rio de Janeiro: NAPE/DEPEXT/UERJ, 84 p.
- Gauthier, J., 1999. *Sociopoética - encontro entre arte, ciência e democracia na pesquisa em ciências humanas e sociais, enfermagem e educação*. Rio de Janeiro: AnnaNery/UFRJ.
- Gauthier, J., Fleuri, R. e Grando, B. (orgs), 2001. *Uma pesquisa sociopoética: o índio, o negro e o branco no imaginário de pesquisadores na área de educação*. Florianópolis: ufsc/nup/ced, .
- Guattari, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 203 p.
- Guattari, F.; Rolnik, S., 1999. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 327 p.
- Harvey, D. 2009. A liberdade da cidade. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 26, p. 09 – 17.
- Lapassade, G. 1977. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 316 p
- Leite, I. B., 2000, Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Vol. IV (2), p. 333-354.
- Lourau, R. 1975. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 294 p.
- Maiolino, A.L.; Mancebo, D., 2005, Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão. *Psicologia & Sociedade*; 17 (2): 14-20; mai/ago.
- Marques, O. R., 2006. *Entre a avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia social, 160 p.
- Mumford, L., 1965. *Arquitetura, Construção e Urbanismo*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 201 p.
- Paugam, S. 2003. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: EDUC Cortez, 331 p.
- Pesavento, S. J. , 1994, Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In Vargas, A. (org) *Porto Alegre na virada do século XXI, cultura e sociedade*. Porto Alegre, UFRGS, ULBRA, UNISINOS, p. 126-143.

- Quijano, A. 2000, Colonialidad del poder y clasificación social, *Journal of World-System Research*. (2): p. 342-386.
- Quijano, A. 2009. Colonialidade do poder e classificação social. In Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
- Santos, B. S., 2006, A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 511 p.
- Santos, B. S.; Meneses, M. P. 2009. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009, 532 p.
- Santos, M., 2001, *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal* . Rio de Janeiro, Record, 175 p.
- Ventura, Z. Cidade partida. SP: Cia das Letras, 2001, 277 p.
- Véras, M. P. B. 2010. Cidade, vulnerabilidade e território. *Ponto-e-vírgula*, 7: 32-48.
- Waiselfisz, J. J. 2012. *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 41 p.